

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.490.796 - SP (2019/0112875-5)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : PIRION COMERCIO DE PECAS INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADOS : CLÁUDIO CALMON DA SILVA BRASILEIRO E OUTRO(S) -
BA014782
PATRÍCIA CALMON DA SILVA BRASILEIRO - BA035294
AGRAVADO : FUNDO DE RECUPERACAO DE ATIVOS - FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO
PADRONIZADOS
ADVOGADOS : MARCELO GAIDO FERREIRA E OUTRO(S) - SP208418
ANDRÉ MASSIORETO DUARTE - SP368456
NICHOLAS REIMER BRADFIELD - SP384601
INTERES. : AVRAHAM GELBERG

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por PIRION COMERCIO DE PECAS INDUSTRIAIS LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO, assim ementado:

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - PENHORA DE 30% DO FATURAMENTO DA EMPRESA EXECUTADA - QUESTÃO ANALISADA EM RECURSO ANTERIOR - INTERPOSIÇÃO A RIGOR DE OUTRO RECURSO DO MESMO ATO JUDICIAL - INADMISSIBILIDADE - AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO REVOGADA A LIMINAR

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não houve a correta indicação do permissivo constitucional autorizador do recurso especial, aplicando-se, por conseguinte, a referida Súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Isso porque, conforme disposto no art. 1.029, II, do CPC/2015, a petição do recurso especial deve conter a “demonstração do cabimento do recurso interposto”.

Sendo assim, o recorrente, na petição de interposição, deve evidenciar de forma explícita e específica em qual ou quais dos permissivos constitucionais está

fundado o seu recurso especial, com a expressa indicação da alínea do dispositivo autorizador.

Esse entendimento possui respaldo em antiga jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, que assim definiu: “O recurso, para ter acesso à sua apreciação neste Tribunal, deve indicar, quando da sua interposição, expressamente, o dispositivo e alínea que autoriza sua admissão” (AgRg no Ag 205.379/SP, relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJ de 29/3/1999, p. 135).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AgInt no AREsp n. 1.015.487/RJ, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 2/8/2017; AgRg nos EDcl no AREsp n. 604.337/RJ, relator Ministro Ericson Maranhão (desembargador convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe de 11/5/2015; e AgRg no AREsp n. 165.022/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe de 3/9/2013.

Ademais, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão totalmente dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, o que atrai, por conseguinte, o referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Verifica-se que o recurso encontra-se deficientemente fundamentado, uma vez que as razões insertas no recurso não permitem a exata compreensão da controvérsia, na medida em que se encontram dissociadas dos fundamentos da decisão agravada, aplicando-se, ao caso, por analogia, o enunciado da Súmula 284/STF” (AgRg no AREsp n. 1.394.624/RJ, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 19/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: EDcl nos EDcl nos EAREsp n. 740.722/SE, relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe de 14/12/2017; e REsp n. 1.722.691/SP, relator Ministro Paulo De Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 15/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso**

especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de maio de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

